



29 de setembro de 2022
ESTATÍSTICAS DE RENDAS DA HABITAÇÃO AO NÍVEL LOCAL
2º trimestre de 2022

RENDA MEDIANA DE NOVOS CONTRATOS CRESCEU 8,6% E NÚMERO DE NOVOS CONTRATOS AUMENTOU 2,1% FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO

No 2º trimestre de 2022 a renda mediana dos 21 005 novos contratos de arrendamento em Portugal atingiu 6,55 €/m². Este valor representa um crescimento homólogo de +8,6%, superior ao observado no trimestre anterior (+6,4%). O número de novos contratos de arrendamento também registou um aumento face ao 2º trimestre de 2021 (+2,1%).

Face ao 2º trimestre de 2021, a renda mediana aumentou em todas as sub-regiões NUTS III. As rendas mais elevadas registaram-se na Área Metropolitana de Lisboa (9,95 €/m²), Algarve (7,41 €/m²), Região Autónoma da Madeira (7,35 €/m²) e Área Metropolitana do Porto (7,06 €/m²) e, com exceção do Algarve, estas sub-regiões apresentaram também crescimentos homólogos superiores ao do país.

No 2º trimestre de 2022, verificou-se um aumento homólogo da renda mediana em 23 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios com valores de novos contratos de arrendamento mais elevados – Cascais (12,78 €/m²), Lisboa (12,61 €/m²), Oeiras (11,00 €/m²) e Porto (10,15 €/m²) – registaram um crescimento homólogo superior ao do país (+19,6%, +14,6%, +11,3% e +15,7%, respetivamente).

Nota introdutória

O INE divulga uma nova edição das Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local com base em dados de natureza administrativa.

Neste destaque apresentam-se **resultados trimestrais** dos valores medianos das rendas de novos contratos e do número de novos contratos de arrendamento para sub-regiões NUTS III (Entidades Intermunicipais – Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas – no Continente e Regiões Autónomas) e municípios com 100 mil ou mais habitantes, atendendo ao volume significativo de observações disponíveis. Esta opção permite uma análise das dinâmicas mais recentes do mercado de arrendamento, mas condiciona a apresentação de resultados para pequenos domínios territoriais. Adicionalmente, são divulgados apuramentos semestrais (últimos 12 meses), abrangendo todos os municípios do país e ainda as freguesias de Lisboa e do Porto, os quais não são diretamente comparáveis com os resultados trimestrais.

Nestas estatísticas (ver nota técnica no final do destaque), os valores publicados, salvo indicação em contrário, referem-se à **mediana** (valor que separa em duas partes iguais o conjunto ordenado das rendas por metro quadrado) das rendas de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€/m²).



1. Resultados trimestrais: Nacional

No 2º trimestre de 2022, a renda mediana dos 21 005 novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal atingiu 6,55 €/m². Este valor representa um aumento de 8,6% face ao período homólogo de 2021, sendo a variação homóloga mais elevada desde o 2º trimestre de 2021. Relativamente ao trimestre anterior, a renda mediana do 2º trimestre de 2022 aumentou 6,3%.

No 2º trimestre de 2022, o número de novos contratos de arrendamento foi maior que o registado no mesmo trimestre de 2021 (20 568 novos contratos), representando um aumento da atividade de arrendamento de +2,1%, salientando-se, contudo, a forte desaceleração face ao comportamento verificado no trimestre anterior.

Figura 1. Taxas de variação homóloga da renda mediana por m² e do número de novos contratos de arrendamento para Portugal entre o 1ºT 2020 e o 2ºT 2022



2. Resultados trimestrais: NUTS III/Entidades Intermunicipais e regiões autónomas

No 2º trimestre de 2022, 8 das 25 NUTS III registaram um decréscimo no número de novos contratos de arrendamento face ao período homólogo, sendo que no trimestre anterior se tinham verificado acréscimos em todas as regiões. As variações homólogas negativas ocorreram na Região Autónoma dos Açores (-22,1%), Baixo Alentejo (-12,0%), Alto Tâmega (-9,8%), Algarve (-8,6%), Douro (-6,6%), Alto Alentejo (-3,8%), Região Autónoma da Madeira (-1,9%) e Alentejo Litoral (-1,3%). Com crescimentos acima de 10%, destacaram-se as regiões de Viseu Dão Lafões (+26,2%), Alto Minho (+14,8%), Beiras e Serra da Estrela (+14,5%) e Terras de Trás-os-Montes (+12,7%). As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto concentraram 52% dos novos contratos de arrendamento (51% no 1º trimestre) e registaram uma evolução face ao trimestre homólogo de +1,2% e +1,6%, respetivamente.



A renda mediana aumentou, face ao trimestre anterior, em 23 das 25 sub-regiões NUTS III, tendo decrescido apenas nas sub-regiões do Alto Alentejo (-4,3%) e do Douro (-2,5%). O maior acréscimo foi registado no Alentejo Central (+12,0%), seguindo-se igualmente com valores acima de 10%, o Alentejo Litoral, com +11,1% e o Alto Tâmega (+10,2%). A renda mediana nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto também aumentou, respetivamente, +9,2% e +6,8%.

O valor das rendas situou-se acima do valor nacional nas sub-regiões Área Metropolitana de Lisboa (9,95 €/m²), Algarve (7,41 €/m²), Região Autónoma da Madeira (7,35 €/m²) e Área Metropolitana do Porto (7,06 €/m²). Tal como em anteriores trimestres, Terras de Trás-os-Montes (2,88 €/m²) registou a menor renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento.

Figura 2. Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal e NUTS III no 1ºT 2022 e 2ºT 2022

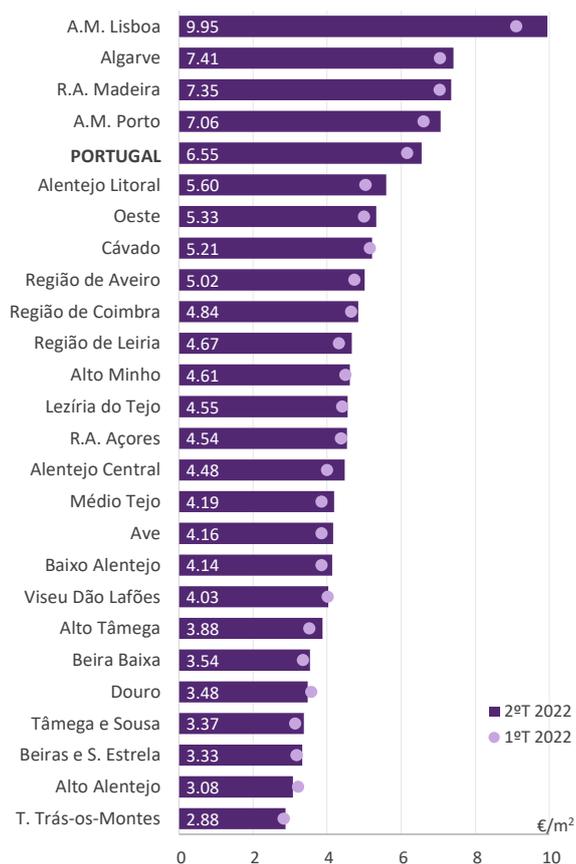
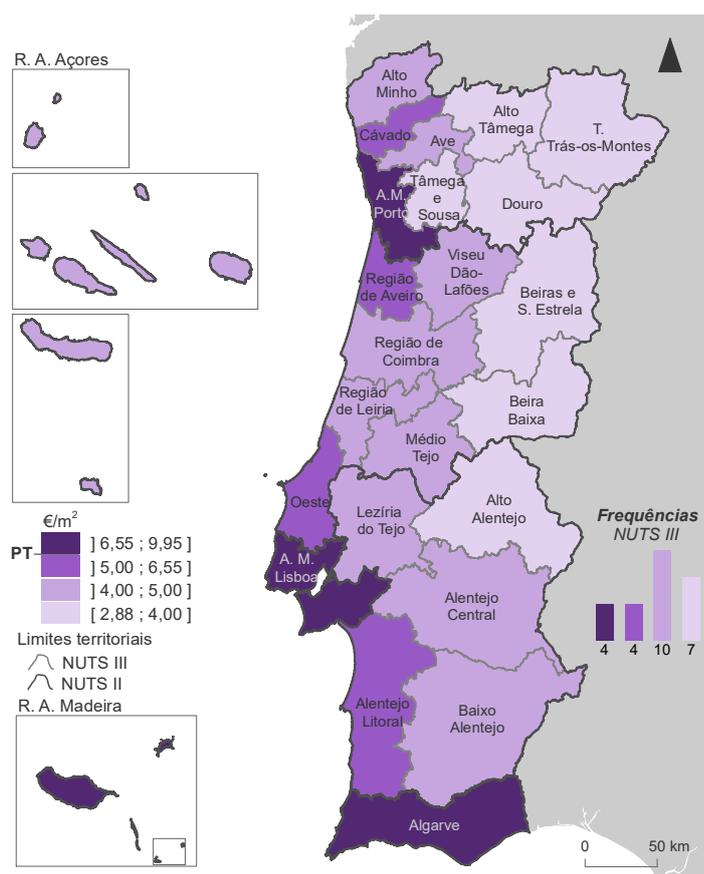


Figura 3. Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal e NUTS III no 2ºT 2022



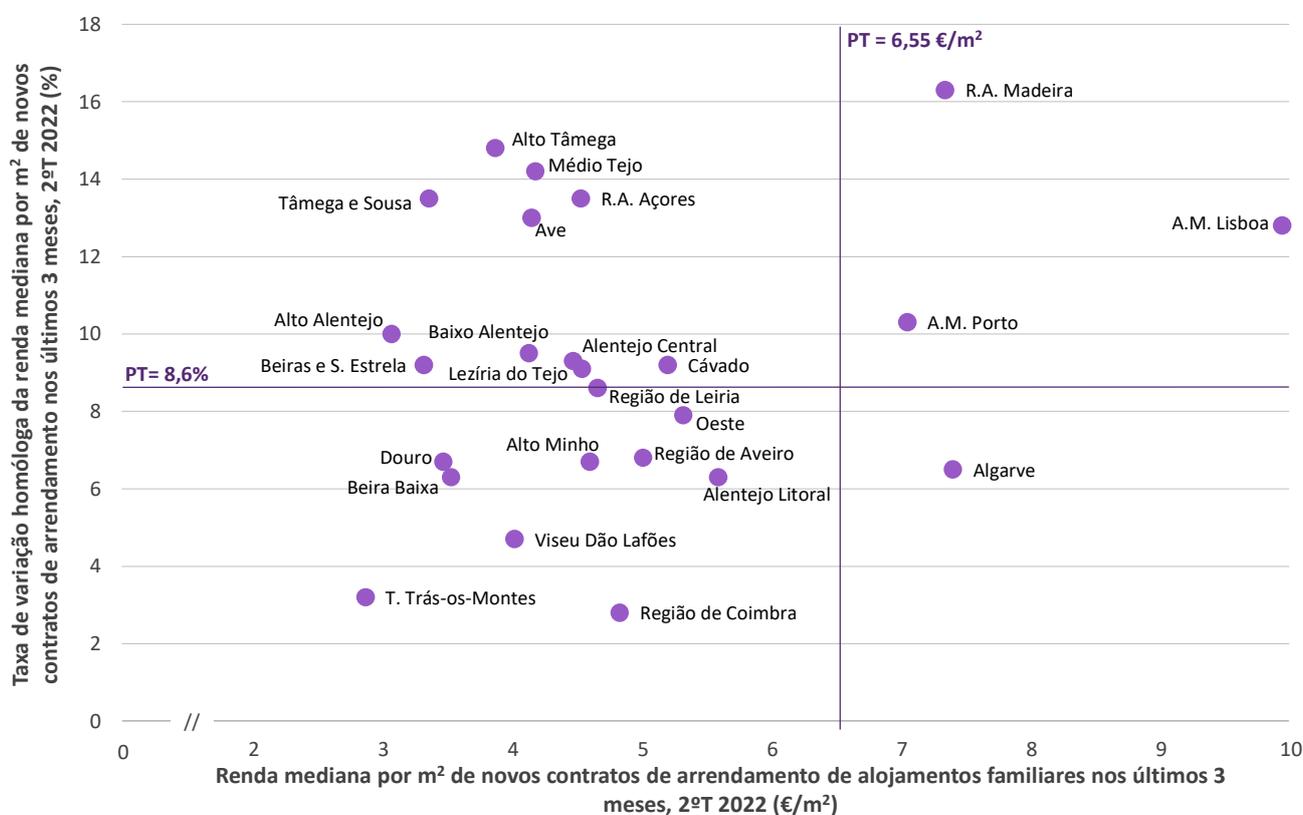
Face ao período homólogo, no 2º trimestre de 2022, a renda mediana aumentou em todas as sub-regiões NUTS III. Destacaram-se, com crescimentos homólogos superiores a 10%, a Região Autónoma da Madeira (+16,3%), o



Alto Tâmega (+14,8%), o Médio Tejo (+14,2%), o Tâmega e Sousa e a Região Autónoma dos Açores (ambas +13,5%), o Ave (+13,0%) e as áreas metropolitanas de Lisboa (+12,8%) e do Porto (+10,3%).

No 2º trimestre de 2022, do conjunto das sub-regiões com valores medianos de rendas superiores ao nacional – Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Área Metropolitana do Porto –, apenas o Algarve (+6,5%) registou uma taxa de variação homóloga inferior à observada para o conjunto do país.

Figura 4. Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e taxa de variação homóloga correspondente por NUTS III e Portugal no 2ºT 2022



3. Resultados trimestrais: Municípios com mais de 100 mil habitantes

No 2º trimestre de 2022, a renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento aumentou em 23 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes, tendo-se mantido constante em Barcelos. Deste conjunto, destacaram-se Vila Nova de Famalicão (+25,2%), Funchal (+20,7%), Cascais (+19,6%), Seixal (+15,9%) e Porto (+15,7%), por apresentarem os maiores crescimentos homólogos.

Os municípios de Almada (+13,0% e +12,0%) e Lisboa (+14,6% e +9,2%) – da Área Metropolitana de Lisboa –, Maia (+10,8% e +22,6%) – da Área Metropolitana do Porto –, Vila Nova de Famalicão (+25,2% e +5,1%) e Leiria

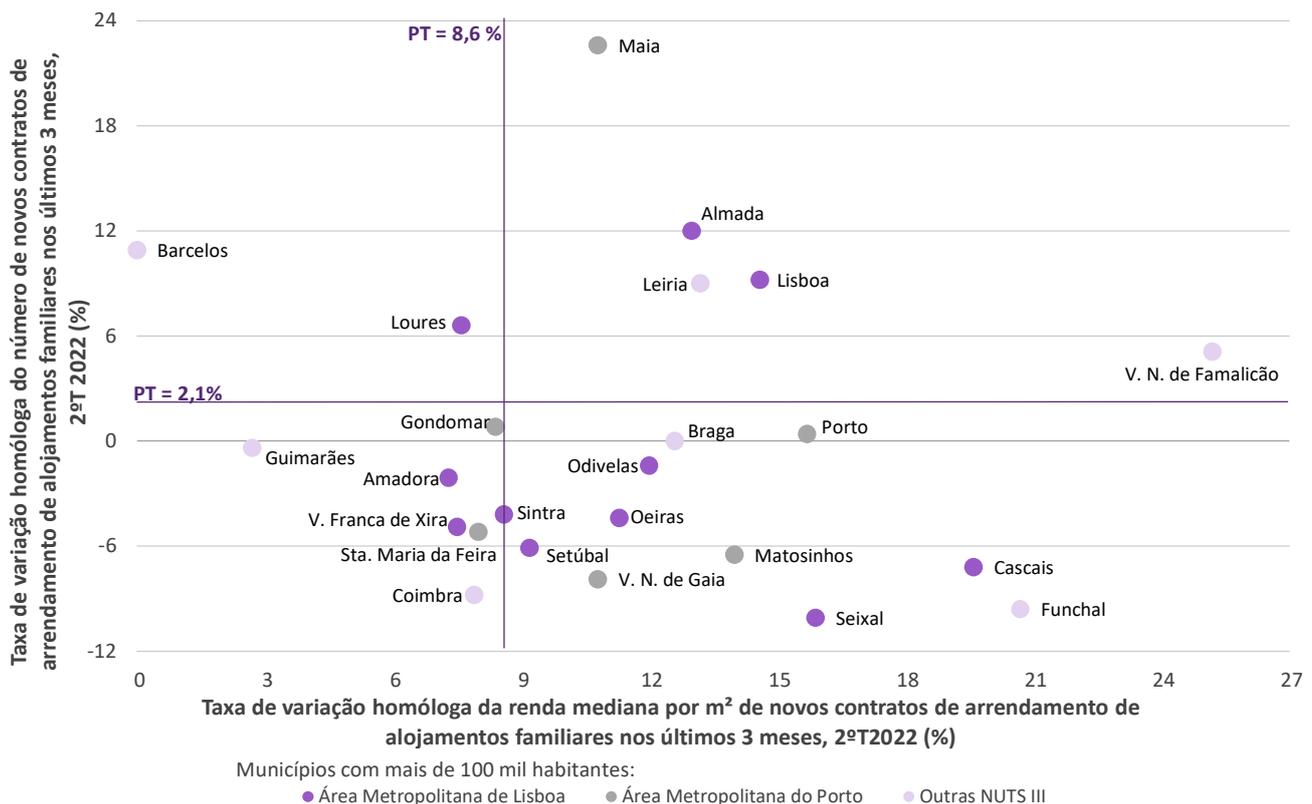


(+13,2% e +9,0%), evidenciaram-se por apresentarem simultaneamente taxas de variação homóloga da renda mediana por m² e do número de novos contratos de arrendamento superiores às do país.

Por outro lado, Gondomar (+8,4% e +0,8%) e Santa Maria da Feira (+8,0% e -5,2%) – da Área Metropolitana do Porto –, Amadora (+7,3% e -2,1%), Sintra (+8,6% e -4,2%) e Vila Franca de Xira (+7,5% e -4,9%) – da Área Metropolitana de Lisboa –, Guimarães (+2,7% e -0,4%) e Coimbra (+7,9% e -8,8%), apresentaram variações homólogas da renda mediana e do número de novos contratos de arrendamento inferiores às do país.

Barcelos (+0,0% e +10,9%) e Loures (+7,6% e +6,6%) registaram taxas de variação homóloga da renda mediana por m² inferiores à do país e taxas de variação homóloga do número de novos contratos de arrendamento, superiores.

Figura 5. Taxas de variação homóloga da renda mediana por m² e do número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal e Municípios com mais de 100 mil habitantes no 2ºT 2022



No 2º trimestre de 2022, tal como no trimestre anterior, todos os municípios com mais de 100 mil habitantes das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com exceção de Santa Maria da Feira (4,48 €/m²) e Gondomar (6,17 €/m²), registaram rendas medianas superiores à nacional, mas variações homólogas diferenciadas. Deste conjunto de municípios das áreas metropolitanas, destacaram-se com valores e taxas de crescimento homólogo das rendas de novos contratos de arrendamento superiores aos do país: Cascais (12,78 €/m² e +19,6%), Lisboa

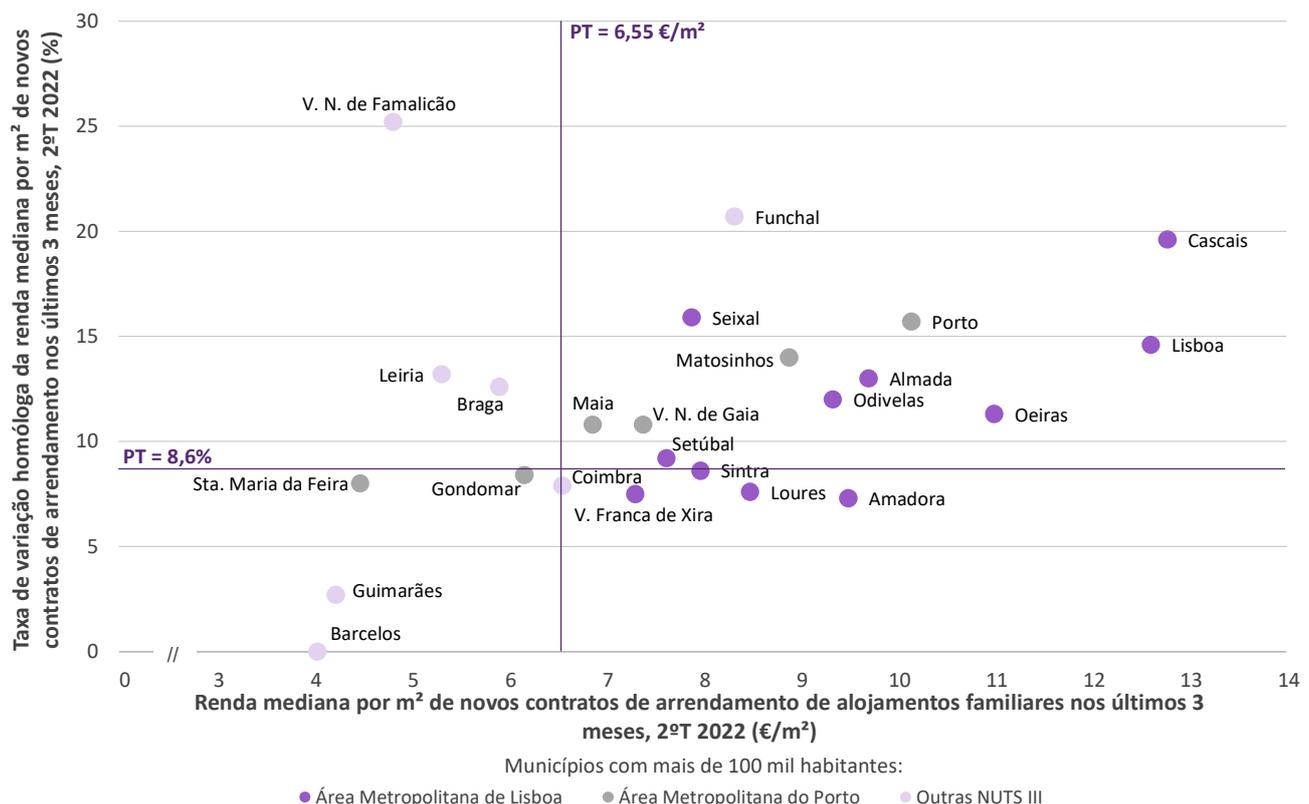


(12,61 €/m² e +14,6%), Oeiras (11,00 €/m² e +11,3%), Porto (10,15 €/m² e +15,7%), Almada (9,71 €/m² e +13,0%), Odivelas (9,34 €/m² e +12,0%), Matosinhos (8,89 €/m² e +14,0%), Seixal (7,89 €/m² e +15,9%), Setúbal (7,63 €/m² e +9,2%), Vila Nova de Gaia (7,39 €/m² e +10,8%) e Maia (6,87 €/m² e +10,8%).

Os municípios da Área Metropolitana de Lisboa – Amadora (9,5 €/m² e +7,3%), Loures (8,49 €/m² e +7,6%), Sintra (7,98 €/m² e +8,6%) e Vila Franca de Xira (7,31 €/m² e +7,5%) – evidenciaram-se por apresentar valores de arrendamento superiores ao do país e taxas de crescimento homólogo inferiores à nacional.

Para além dos municípios das áreas metropolitanas, o Funchal (8,33 €/m² e +20,7%) também apresentou renda mediana e variação homóloga superiores às nacionais.

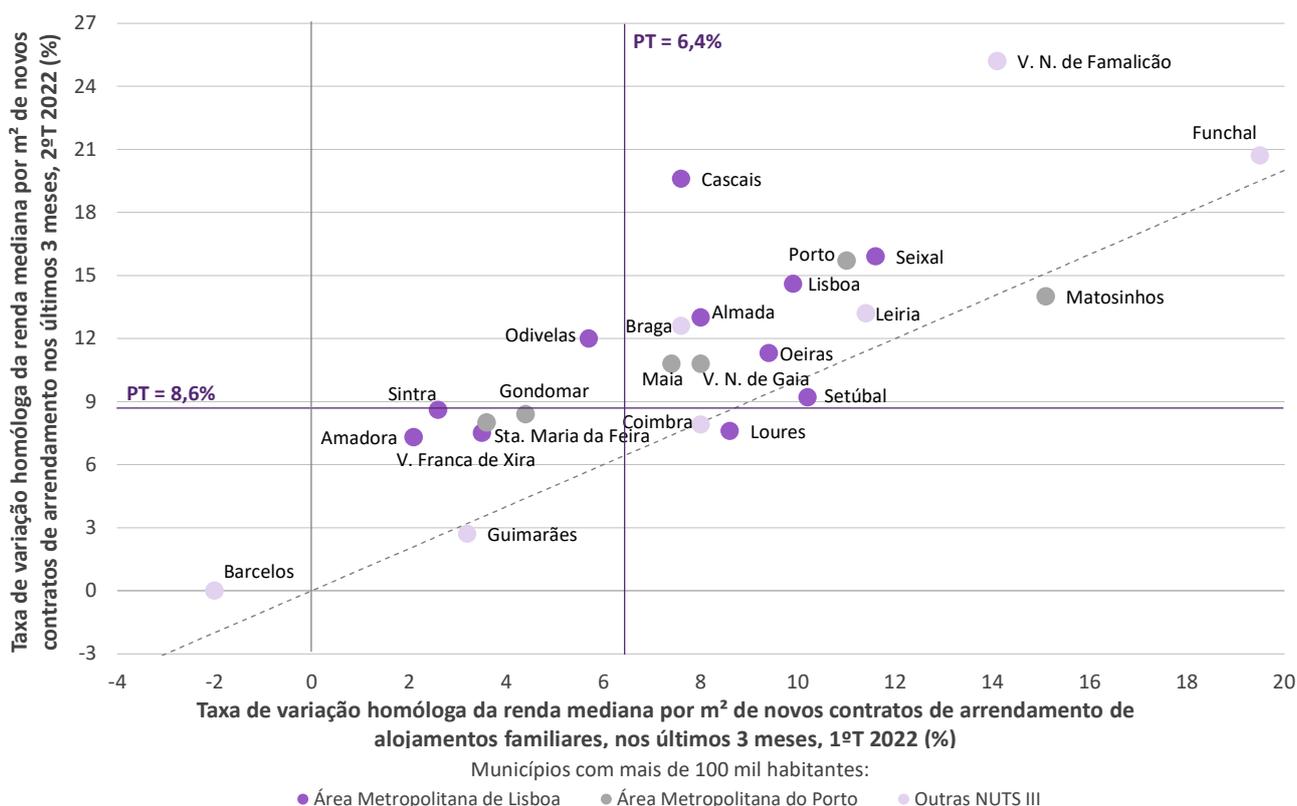
Figura 6. Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e taxa de variação homóloga correspondente nos municípios com mais de 100 mil habitantes no 2ºT 2022



A figura seguinte representa a posição dos municípios com mais de 100 mil habitantes num referencial que conjuga a taxa de variação homóloga no 1º trimestre de 2022 (eixo das abcissas) e a taxa de variação homóloga no 2º trimestre de 2022 (eixo das ordenadas). A bisetritz (linha a tracejado) representa a igualdade das taxas e evidencia que, para 5 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes, houve uma desaceleração das rendas medianas (municípios abaixo da bisetritz).

Por outro lado, houve subida das taxas de variação homóloga em 19 municípios, destacando-se, deste conjunto, os municípios de Cascais (+12,0 p.p.), Vila Nova de Famalicão (+11,1 p.p.), Odivelas (+6,3 p.p.), Sintra (+6,0 p.p.), Amadora (+5,2 p.p.), Braga (+5,0 p.p.) e Almada (+5,0 p.p.).

Figura 7. Taxas de variação homóloga da renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos municípios com mais de 100 mil habitantes e nos 1^oT 2022 e 2^oT 2022



4. Resultados dos últimos 12 meses terminados no 1^o semestre de 2022: NUTS III/Entidades intermunicipais e regiões autónomas, municípios e freguesias de Lisboa e Porto

No 1^o semestre de 2022 (últimos 12 meses), 34 municípios apresentaram rendas acima do valor nacional (6,25 €/m²). Lisboa apresentou o valor mais elevado (11,86 €/m²), destacando-se ainda, com valores superiores a 7,5 €/m²: Cascais (11,56 €/m²), Oeiras (10,50 €/m²), Porto (9,38 €/m²), Almada (9,01 €/m²), Amadora (9,00 €/m²), Odivelas (8,78 €/m²), Matosinhos (8,31 €/m²), Loures (8,13 €/m²), Lagos (7,95 €/m²), Albufeira (7,89 €/m²), Loulé (7,87 €/m²), Funchal (7,84 €/m²), Sintra (7,64 €/m²) e Tavira (7,59 €/m²).

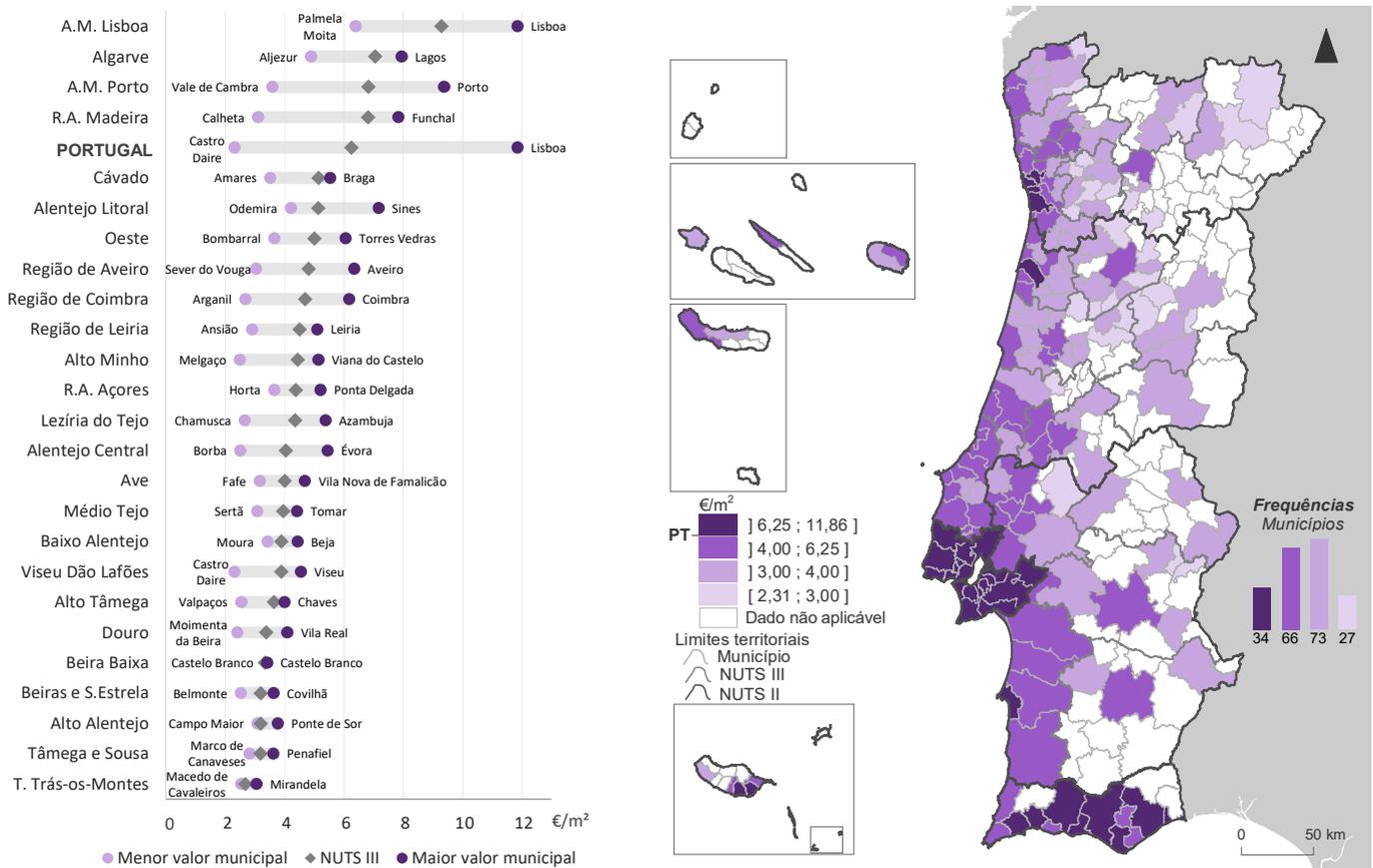
O padrão territorial das rendas por m² de novos contratos de arrendamento destacava, com valores superiores ao do país, todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, do Algarve (8 em 13 com informação disponível) e da Área Metropolitana do Porto (4 em 17). Nas restantes NUTS III, assinalam-se, com rendas superiores ao valor nacional, os municípios do Funchal (7,84 €/m²) e de Santa Cruz (6,29 €/m²), na Região Autónoma da Madeira, de Sines (7,17 €/m²) e de Aveiro (6,35 €/m²).



A Área Metropolitana do Porto foi a sub-região NUTS III com maior amplitude das rendas medianas entre municípios (5,80 €/m²): o menor valor foi registado em Vale de Cambra (3,58 €/m²) e o maior no Porto (9,38 €/m²). As NUTS III Área Metropolitana de Lisboa (5,47 €/m²), Região Autónoma da Madeira (4,74 €/m²), Região de Coimbra (3,51 €/m²), Região de Aveiro (3,32 €/m²) e Algarve (3,06 €/m²), registaram também um diferencial entre municípios superior a 3,00 €/m².

O município de Lisboa registou o maior número de contratos de arrendamento do país, 10 191 novos contratos celebrados nos últimos 12 meses, +12,4% que no período homólogo. Assinala-se ainda, com um número de novos contratos superior a 2 500, o Porto (4 796), Sintra (3 184) e Vila Nova de Gaia (3 051).

Figura 8. Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal, NUTS III e município no 1ºS 2022 (12 meses)



Nota: Os valores mínimo e máximo municipais nas NUTS III são relativos aos municípios com 33 ou mais observações.

No 1º semestre de 2022 (últimos 12 meses), seis das 24 freguesias de Lisboa registaram valores medianos de novos contratos de arrendamento de habitação iguais ou superiores a 13,00 €/m² (três freguesias no 2º semestre de 2021): Santo António (15,00 €/m²), Santa Maria Maior (13,92 €/m²), Misericórdia (13,47 €/m²), Campo de Ourique (13,33 €/m²), Parque das Nações (13,27 €/m²) e Estrela (13,00 €/m²). Por outro lado, Santa Clara (8,82 €/m²) e Lumiar (10,54 €/m²) apresentaram os valores mais baixos.



Neste período, todas as freguesias de Lisboa registaram taxas de variação homóloga positivas, destacando-se com os menores aumentos a Ajuda (+0,6%) e a Misericórdia (+2,6%).

As freguesias Santo António, Santa Maria Maior, Campo de Ourique, Estrela, Campolide, Avenidas Novas e Belém registaram, simultaneamente, rendas acima do município de Lisboa (11,86 €/m²) e taxas de variação, face ao período homólogo, superiores à verificada no município de Lisboa (+6,7%). Santo António destacou-se deste conjunto, apresentando, simultaneamente, o maior valor mediano e a maior taxa de variação homóloga: (15,00 €/m² e 13,0 %, respetivamente).

As freguesias do Lumiar, Areeiro, Olivais, Carnide, Benfica, Penha de França, São Domingos de Benfica, Beato, Alvalade e Ajuda registaram, no 1º semestre de 2022, valores de arrendamento e taxas de variação face ao período homólogo inferiores aos do município de Lisboa.

No 1º semestre de 2022 (últimos 12 meses), tal como em semestres anteriores, Arroios registou o maior número de novos contratos de arrendamento (1 018 contratos celebrados) e Marvila o menor (92).

Figura 9. Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e taxas de variação homóloga correspondente no município de Lisboa e suas freguesias no 1ºS 2022 (12 meses)

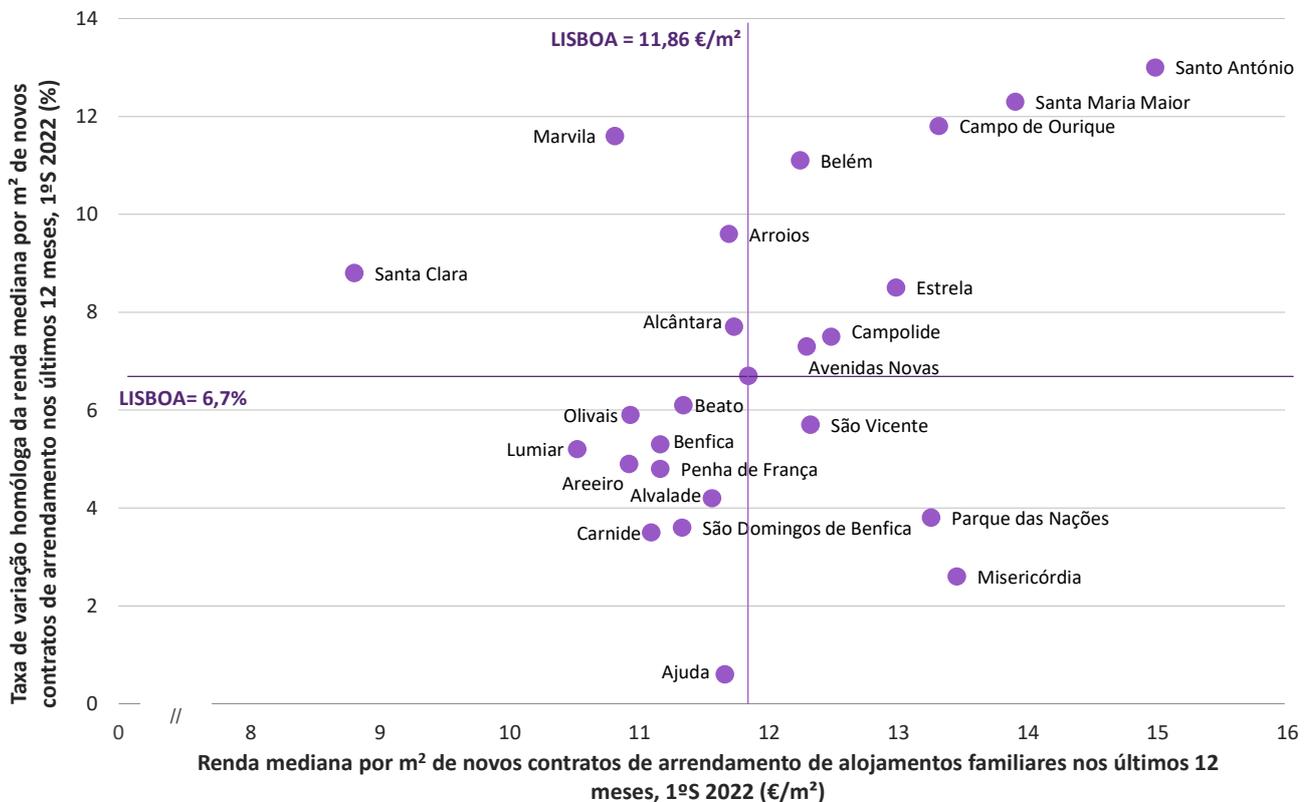




Figura 10. Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, Lisboa e freguesias, 1ºS 2022 (12 meses)

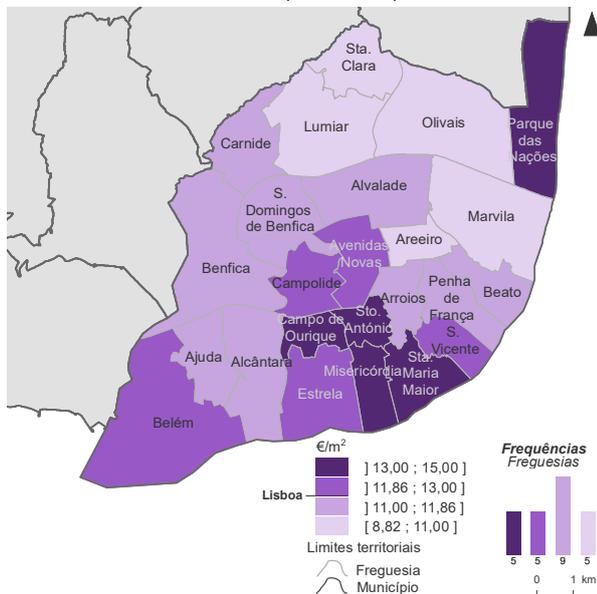
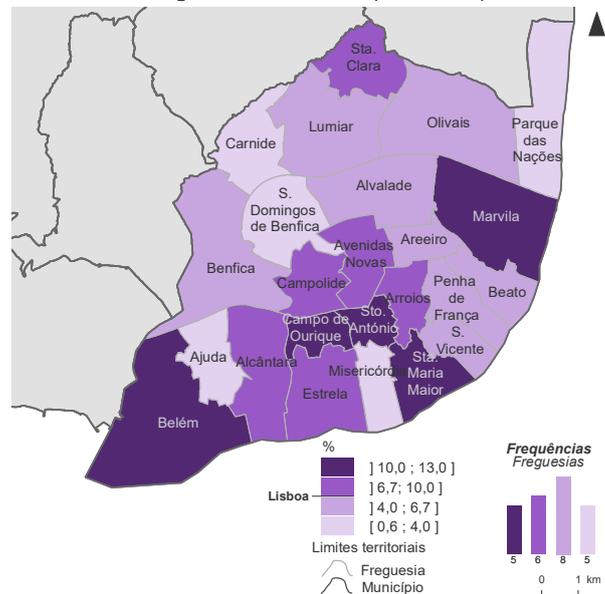


Figura 11. Taxa de variação homóloga da renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento familiares, Lisboa e freguesias, 1ºS 2022 (12 meses)



No 1º semestre de 2022 (últimos 12 meses), a União de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde destacou-se por registar o valor de rendas de novos contratos mais elevado (10,60 €/m²), entre as sete freguesias do município do Porto.

As freguesias de Paranhos (8,76 €/m² e 6,3%) e Ramalde (8,67 €/m² e 7,8%) registaram valores e taxas de crescimento homólogo das rendas abaixo dos do município do Porto (9,38 €/m² e +8,9%).

Campanhã (9,12 €/m²) registou uma renda mediana abaixo à do município do Porto e uma taxa de variação homóloga (+19,2%) superior.

Bonfim (9,47 €/m²) e a União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (9,60 €/m²) apresentaram, simultaneamente, um valor mediano de rendas acima do valor do município do Porto e uma taxa de variação homóloga (+5,9 % e +7,7%, respetivamente) inferior à verificada no Porto.

No período em análise, a União de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (10,60 €/m²) e a União de freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (10,00 €/m²) destacaram-se por apresentarem rendas medianas e taxas de variação homóloga (+17,0% e +9,1%, respetivamente) superiores ao verificado na cidade do Porto.

No 1º semestre de 2022 (últimos 12 meses), o número de novos contratos de arrendamento nas freguesias do município do Porto variou entre 1 329 contratos celebrados na União de freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória e 264 na União das freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.



Figura 12. Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e taxas de variação homóloga correspondente no município do Porto e suas freguesias no 1ºS 2022 (12 meses)

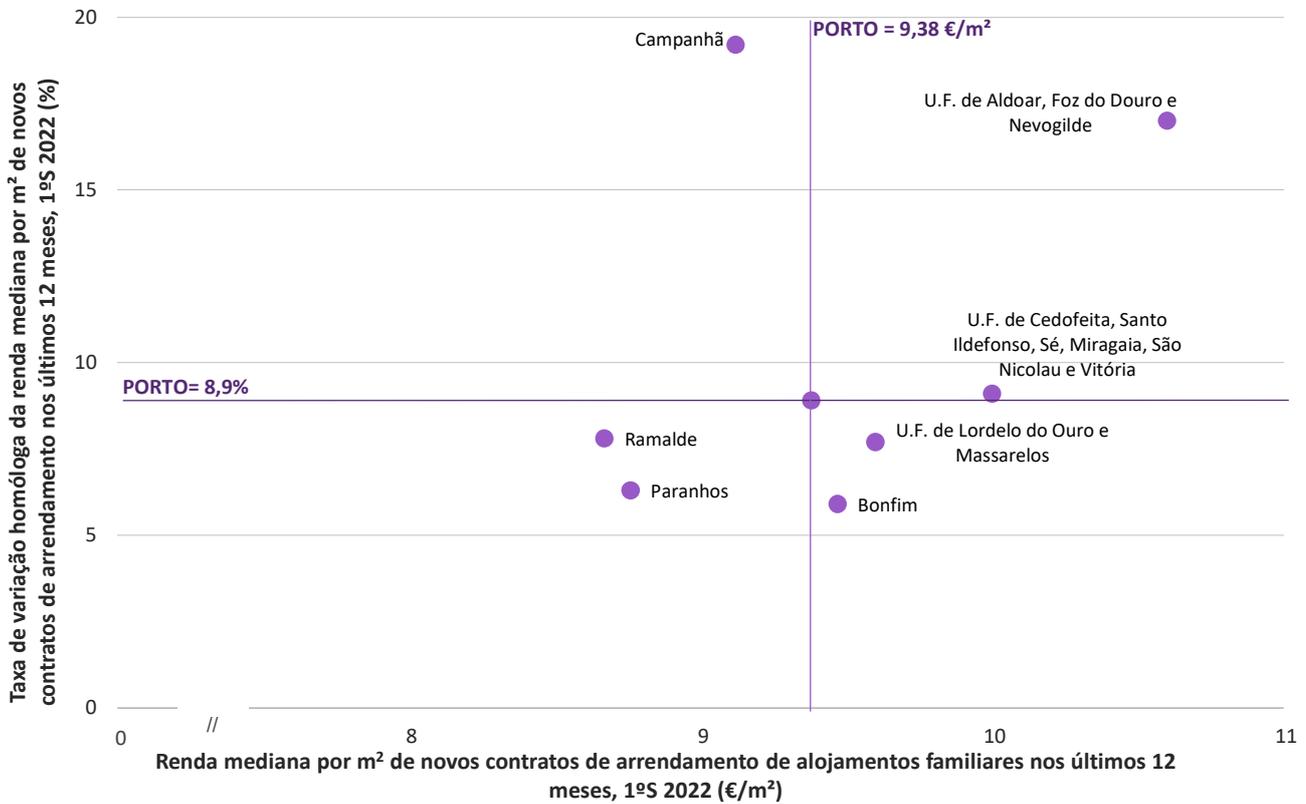


Figura 13. Renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, Porto e freguesias, 1ºS 2022 (12 meses)

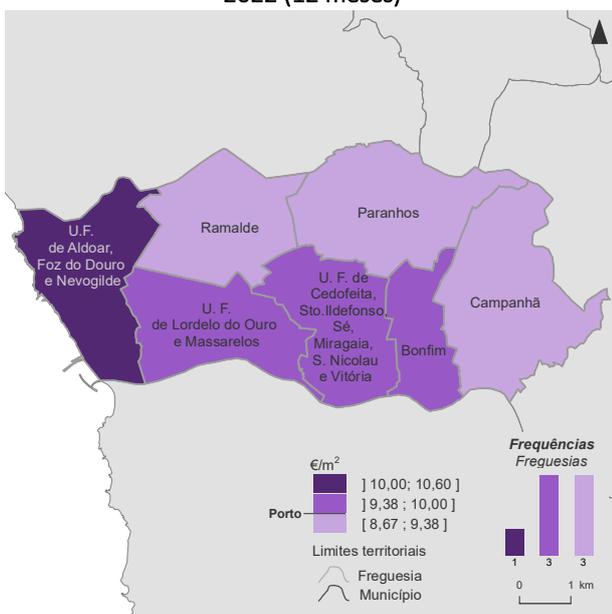
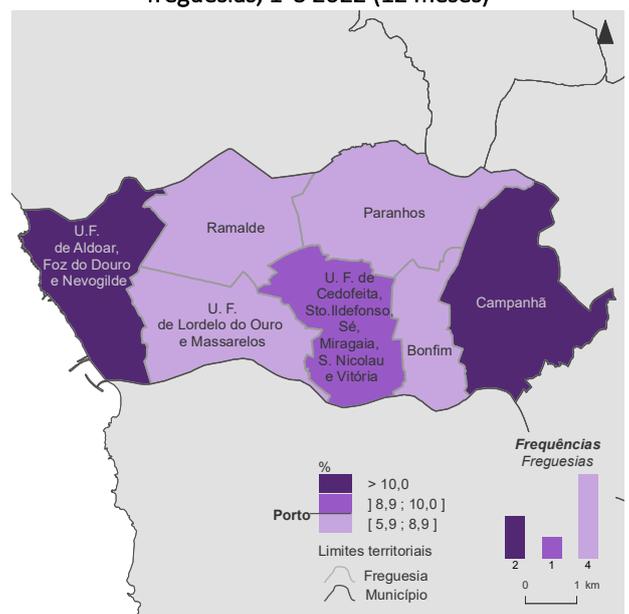


Figura 14. Taxa de variação homóloga da renda mediana por m² de novos contratos de arrendamento familiares, Porto e freguesias, 1ºS 2022 (12 meses)





NOTA METODOLÓGICA

As 'Estatísticas de Rendadas da Habitação ao nível local' têm periodicidade trimestral e o seu âmbito geográfico é o país. A unidade estatística observada é o alojamento familiar sendo a população alvo os alojamentos familiares com novos contratos de arrendamento destinados à habitação.

As Estatísticas de Rendadas da Habitação ao nível local resultam do aproveitamento de fontes administrativas, nomeadamente dos dados fiscais anonimizados obtidos da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), relativos à Declaração do Modelo 2 do Imposto do Selo – Comunicação de contratos de arrendamento (Modelo 2) e ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

O cálculo das Estatísticas de Rendadas da Habitação ao nível local baseia-se na ligação da informação do Modelo 2 (de onde se obtém os valores das rendas de novos contratos de arrendamento) com a do IMI (de onde se retiram as características identificadoras do alojamento arrendado). A ligação entre estas duas fontes administrativas fiscais é efetuada com recurso à variável "artigo gerado".

A informação relativa ao valor dos novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares integra as declarações liquidadas do Modelo 2 referentes à comunicação de contratos de arrendamento. São utilizadas as primeiras declarações e as declarações de substituição de novos contratos de arrendamento relativos a prédios urbanos, com período de renda mensal, em que a finalidade é habitação permanente, e a afetação da respetiva informação proveniente do IMI esteja definida como "Habitação" e como "prédio urbano".

O INE agradece a colaboração da AT para a concretização deste projeto estatístico.

Valor mediano da renda por m² de novos contratos de arrendamento em alojamentos familiares

Valor mediano das rendas por metro quadrado de novos contratos de arrendamento para habitação com área bruta privativa entre 20 m² e 600 m² e valor da renda entre 100 € e 4 000 €.

Novos contratos de arrendamento (N.º) de alojamentos familiares

Número de novos contratos de arrendamento para habitação com área bruta privativa entre 20 m² e 600 m² e valor da renda entre 100 € e 4 000 €.

Para efeitos de apuramento de resultados considera-se, para cada unidade territorial, um número mínimo de 33 novos contratos de arrendamento.



SIGLAS E DESIGNAÇÕES

Alojamento: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência.

Alojamento familiar: Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

Área bruta privativa: Superfície total medida pelo perímetro exterior e eixos das paredes ou outros elementos separadores do edifício ou da fração, incluindo varandas privativas fechadas, caves e sótãos privativos com utilização idêntica à do edifício ou da fração.

Arrendamento: Modalidade do contrato de locação. Diz-se contrato de arrendamento a locação de coisa imóvel, isto é o contrato pelo qual alguém se obriga a proporcionar a outrem o gozo temporário de coisa imóvel mediante retribuição (renda). O arrendamento pode ser rural, urbano ou misto, consoante a natureza rural ou urbana do prédio e o fim a que se destina.

Contrato de arrendamento urbano: Contrato pelo qual uma das partes concede à outra o gozo temporário de um prédio urbano, no todo ou em parte, mediante retribuição.

Imposto Municipal sobre Imóveis: Imposto municipal, de carácter regular, que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se realizam.

Prédio: Parte delimitada do solo juridicamente autónoma, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes com carácter de permanência.

Prédio urbano: Prédio que tenha as seguintes características: esteja licenciado ou tenha como destino normal fins habitacionais, comerciais, industriais ou para serviços; seja terreno para construção situado dentro ou fora de um aglomerado urbano, para o qual tenha sido concedida licença ou autorização de operação de loteamento ou de construção, e ainda aquele que assim tenha sido declarado no título aquisitivo, excetuando-se, o terreno em que as entidades competentes vedem qualquer daquelas operações, designadamente o localizado em zonas verdes, áreas protegidas ou que, de acordo com os planos municipais de ordenamento do território, esteja afeto a espaços, infraestruturas ou a equipamentos públicos.

Renda: Prestação periódica que o inquilino (no contrato de ARRENDAMENTO) está obrigado a pagar ao senhorio.

Renda para habitação: Quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento/fogo para fins habitacionais.

Renda do alojamento: Vide RENDA PARA HABITAÇÃO.



Indicadores no portal

Os resultados estão disponíveis em www.ine.pt, na opção Produtos, Dados Estatísticos, Base de dados.

Indicadores com periodicidade trimestral (1º trimestre 2020 a 2º trimestre 2022):

Resultados para o total do país e os três níveis de regiões da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS):

[Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares \(€\) por Localização geográfica \(NUTS III\); Trimestral](#)

[Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares \(N.º\) por Localização geográfica \(NUTS III\); Trimestral](#)

Resultados para os municípios com mais de 100 mil habitantes (Censos 2021) e total dos municípios com mais de 100 mil habitantes:

[Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares \(€\) por Localização geográfica \(Municípios com mais de 100 000 habitantes\); Trimestral](#)

[Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares \(N.º\) por Localização geográfica \(Municípios com mais de 100 000 habitantes\); Trimestral](#)

Indicadores com periodicidade semestral, últimos 12 meses (2º semestre 2017 a 1º semestre 2022):

Resultados para o total do país e os três níveis de regiões da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS), municípios, e freguesias das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto:

[Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses \(€\) por Localização geográfica; Semestral](#)

[Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses \(N.º\) por Localização geográfica; Semestral](#)

Indicadores com periodicidade anual (2017 a 2021):

Resultados para o total do país e os três níveis de regiões da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS), municípios, e freguesias das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto:

[Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares \(€\) por Localização geográfica \(NUTS - 2013\); Anual](#)

[Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares \(N.º\) por Localização geográfica \(NUTS - 2013\); Anual](#)

[Documento Metodológico Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local](#)

Data do próximo destaque - 22 de dezembro de 2022
